

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

CONCURSO PÚBLICO

ANALISTA EDUCACIONAL – ASSISTENTE SOCIAL

CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação Educacional	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Como as estações, também vivemos mudanças.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1

Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância – Benauro Roberto de Oliveira, um paulista estudioso da história natural e social –, conta e reconta em suas competentes e concorridas aulas uma das lendárias manifestações que cercam a personalidade de Jacques-Yves Cousteau, o francês que se tornou o maior dos oceanógrafos do século 20.

Dizem que um jovem jornalista entrevistava Cousteau sobre o nosso temor aos tubarões e desejava saber quais as chances de um de nós escapar no enfrentamento direto com um desses estupendos animais. O cientista respondeu que as probabilidades de sair ileso eram nulas. O jornalista não se satisfaz e perguntou, em sequência, se o tubarão atacaria se já estivesse alimentado, se fosse de noite, se estivéssemos numa jaula, se fôssemos muitos, se carregássemos um arpão, se entregássemos alguma isca etc.; a cada pergunta, a resposta de Cousteau era a mesma: o bicho atacará de qualquer modo. Irritado, o jovem bradou: mas isso não tem lógica! Com paciência, o genial pesquisador dos mares retrucou: Tem sim, mas é a lógica do tubarão...

É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos (e que muitos preferem chamar de “nosso” planeta, com uma dissimulada satisfação de dono): não somos proprietários, e sim usuários compartilhantes. Podemos, em alguns momentos da nossa história, imaginar que controlamos, dominamos e possuímos sem restrições tudo que nesta terra está, com uma ilusão fugaz de invulnerável soberania [...].

CORTELLA, M. S. *Não espere pelo Epiáfio!*: Provações filosóficas. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes Nobilis, 2014, p. 31.

QUESTÃO 01

No trecho, “É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos [...]”, a expressão em destaque

- (A) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “em cujo”, na medida em que indica posse (“em nosso planeta”).
- (B) tem valor pronominal, uma vez que opera, na oração, substituição ao sujeito “planeta”, que lhe antecede.
- (C) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, tanto por “em que”, quanto por “que”, diante da bitransitividade do verbo “habitar”.
- (D) se trata de uma preposição, cuja função sintática é a de estabelecer a devida regência dos termos da oração.

QUESTÃO 02

A crase é um fenômeno linguístico que marca, por meio do acento grave, uma fusão de vogais idênticas e contíguas (a + a = à). Em geral, trata-se de uma relação de regência que demanda uma preposição a + o artigo definido feminino a, podendo ocorrer também, no entanto, com pronomes demonstrativos (*àquele, àquela, àquilo*) e, ainda, com pronomes relativos (*à qual, às quais*). A respeito do caso de sua ocorrência no trecho “Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância [...]”, e em observância às regras de uso obrigatório e facultativo, a crase, nesse caso, é

- (A) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (B) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (C) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (D) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.

QUESTÃO 03

O modo de organização do discurso e a natureza do raciocínio empreendido pelo filósofo Mário Sérgio Cortella, valendo-se da voz do estudioso Benauro Robert de Oliveira diante da experiência vivida por Jacques-Yves Cousteau, consistem em um raciocínio

- (A) argumentativo, com a intenção de estabelecer, pela narrativa apresentada, uma inferência analógica entre o caso relatado e a realidade de modo geral.
- (B) narrativo, com a intenção de estabelecer um relato, para fins estéticos, sobre a experiência contada pelo estudioso Benauro Robert de Oliveira.
- (C) descritivo, na medida em que o autor descreve a experiência vivida pelo oceanógrafo Jacques-Yves Cousteau, na voz de Benauro Robert de Oliveira.
- (D) explicativo, na medida em que o autor assevera, a partir de relato informativo, a necessidade de o leitor repensar as formas de compreensão da vida.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **04 a 06**.

Texto 2

Becos da minha terra...
 Amo tua paisagem triste, ausente e suja.
 Teu ar sombrio.
 Tua velha umidade andrajosa.
 Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio.
 E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia,
 e sementes polmes dourados no teu lixo pobre,
 calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo.
 Amo a prantina silenciosa do teu fio de água,
 Descendo de quintais escusos sem pressa,
 e se sumindo depressa na brecha de um velho cano.
 Amo a avenca delicada que renasce
 Na frincha de teus muros empenados,
 e a plantinha desvalida de caule mole
 que se defende, viceja e floresce
 no agasalho de tua sombra úmida e calada [...]

Trecho do poema "Becos de Goiás" de Cora Coralina. In: CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 92.

QUESTÃO 04

No trecho do poema "Becos de Goiás", de Cora Coralina, o eu lírico descreve um cenário marcado por imagens de degradação — "*paisagem triste, ausente e suja*", "*velha umidade andrajosa*", "*lodo negro, esverdeado, escorregadio*", "*lixo pobre*". Ainda assim, a voz poética declara reiteradamente: "*Amo...*". Qual efeito de sentido característico da obra da autora é gerado pelo contraste?

- (A) O paradoxo é construído para mostrar que o eu lírico rejeita o cenário descrito, carregado de adjetivações e descrições negativas, e o emprego de verbo afetivo "*Amo...*" funciona, portanto, como recurso de ironia, desestabilizando a interpretação literal do poema.
- (B) O contraste destaca uma visão idealizada do passado, por lembranças fugidias e contrastivas de tempos remotos, em que o eu lírico transforma a miséria em símbolo de uma memória perdida, anulando qualquer dimensão realista da cena descrita.
- (C) O uso de imagens negativas frequentemente seguido da expressão de amor, como "*Amo...*", demonstra uma tentativa de ocultar aspectos socialmente problemáticos do ambiente, neutralizando o tom crítico da autora, uma vez que se trata de sua própria cidade natal.
- (D) A associação entre afeto e degradação reforça a relação paradoxal entre o eu lírico e o espaço, revelando que seu amor nasce de uma identificação profunda com a simplicidade e com a beleza marginal encontrada nos lugares humildes — marca recorrente da poética de Cora Coralina.

QUESTÃO 05

Considere o verso "Amo tua paisagem triste, ausente e suja." Com base no emprego da conjunção destacada no trecho anterior, e observando as regras de pontuação da língua portuguesa, compreende-se que

- (A) o emprego de vírgula antes de "e" não ocorre, por se tratar de uma enumeração simples de adjetivos equivalentes, ligados a um mesmo termo ("paisagem"), caso em que a conjunção aditiva une elementos de mesma função sintática sem justificar pausa.
- (B) o emprego antes de "e" é obrigatório porque há três adjetivos; segundo a norma padrão, em enumerações com três ou mais termos, a conjunção deve ser precedida de vírgula de forma mandatória.
- (C) a ausência de vírgula antes de "e" configura desvio da norma, pois o último termo de qualquer enumeração deve ser isolado por vírgula, independentemente da classe de palavras envolvida.
- (D) o emprego de vírgula poderia ser utilizado antes de "e" para reforçar a intensidade expressiva da enumeração, uma vez que adjetivos de valor negativo exigem separação obrigatória por vírgula antes da conjunção.

QUESTÃO 06

Considerando o trecho do poema de Cora Coralina — "*E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia e sementes polmes dourados no teu lixo pobre, calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo*" —, as relações sintáticas entre as estruturas oracionais permitem perceber que

- (A) a forma "calçando de ouro a sandália velha" funciona como oração subordinada adverbial causal reduzida de gerúndio, pois indica a motivação pela qual se realizam as "semeaduras" do sol ao meio-dia.
- (B) a expressão "calçando de ouro a sandália velha" constitui oração subordinada adverbial modal reduzida de gerúndio, uma vez que especifica a maneira pela qual a réstia de sol recobre os elementos descritos.
- (C) o segmento "jogada no monturo" representa uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, modificando o valor do termo nominal "sol", ao qual se vincula semanticamente.
- (D) o verbo "desce" em "a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia" introduz oração subordinada substantiva objetiva direta, já que o termo "que" recupera um referente abstrato e exerce função de complemento verbal.

QUESTÃO 07

Um texto pode ser considerado como uma malha de tecido (não à toa, falamos de sua tessitura), cujas linhas estruturantes amarram o tecido de tal forma que o tornam um todo significante, uma unidade de sentido. Dito de outra maneira, falamos de

- (A) coesão e semântica, uma vez que todo texto que esteja bem articulado, independentemente de fazer ou não sentido para um determinado interlocutor, pode ser considerado um texto efetivo.
- (B) coesão e coerência, uma vez que o sentido organizado de um texto é atingido quando se garante, ao mesmo tempo, os fatores pragmáticos de significação e de articulação de um texto, respectivamente.
- (C) coesão e coerência, uma vez que a forma como se amarram as partes estruturantes de um texto (a coesão) é fundamental para garantir-lhe o sentido (a coerência).
- (D) coesão e semântica, uma vez que o sentido é sempre um resultado organizado, concatenado e transparente dos significados da língua como um sistema de signos diferenciais.

QUESTÃO 08

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 foi um projeto elaborado pelos países lusófonos com o objetivo de unificar a ortografia do português. Até então, Brasil e Portugal (além dos demais países africanos de língua portuguesa) seguiam regras diferentes de escrita, o que dificultava a produção editorial comum, a circulação de textos, o ensino e a padronização internacional da língua. O acordo foi assinado em 1990 pelos países membros da CPLP, mas enfrentou longos anos de debates e revisões até entrar efetivamente em vigor. No Brasil, sua implementação começou em 2009, tornando-se obrigatória a partir de 2016. Entre as mudanças mais conhecidas, compreende-se que passa a ser

- (A) obrigatório o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento seguinte começa pela consoante *r* ou *s*: ultra-som, anti-semíta, semi-reta, contra-regra etc.
- (B) facultativo o uso de hífen em locuções de qualquer tipo (nominais, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas, conjuncionais): café-da-manhã ou café da manhã, antes-de-ontem ou antes de ontem etc.
- (C) facultativo o uso de hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente ou consoante: auto-escola passa a se grafar autoescola, co-piloto passa a se grafar copiloto etc.
- (D) proibido o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento começa por *r* ou *s*, passando-se a dobrar a consoante do elemento seguinte: ultrassom, minissaia etc.

QUESTÃO 09

Em sua obra *Retórica*, Aristóteles discorre sobre os três gêneros oratórios (deliberativo, judicial e epidítico), cuja tipologia passa por critérios funcionais, tais como o assunto de que se fala, quem fala, para quem fala, de onde se fala, e o fim (a finalidade) para o qual se fala. Esses elementos foram recepcionados - e eventualmente atualizados - em teorias linguístico-textuais posteriores, contemporâneas, como aquelas que descrevem os sete fatores pragmáticos de textualidade: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, coesão e coerência. Considerando tais fatores, quais podemos destacar estarem já presentes no núcleo da proposta teórica aristotélica?

- (A) Intencionalidade, Informatividade, Coesão e Coerência.
- (B) Intencionalidade, Aceitabilidade, Situacionalidade, Informatividade.
- (C) Intencionalidade, Informatividade, Situacionalidade e Coesão.
- (D) Intencionalidade, Coerência, Coesão e Intertextualidade.

RASCUNHO

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.



Coca-Cola, 2025. Publicidade veiculada em diferentes mídias.

A publicidade apresenta a imagem de uma garrafa de Coca-Cola de vidro acompanhada do texto: “Porque é mais difícil de abrir e tudo o que é mais difícil é mais gostoso.” Considerando estratégias argumentativas típicas da linguagem publicitária, o anúncio

- (A) recorre a um argumento baseado em crenças culturais compartilhadas, atribuindo valor positivo à dificuldade como elemento que aumenta o prazer, reforçando um efeito emocional de valorização do produto.
- (B) constrói seu apelo retórico e persuasivo por meio de um argumento lógico-dedutivo, apoiado na demonstração racional de que embalagens difíceis de abrir conservam melhor o sabor.
- (C) utiliza um argumento de autoridade implícito, já que atribui a superioridade do produto em questão à opinião abalizada de um especialista anônimo sobre embalagens de bebidas e sua capacidade de conservação do sabor.
- (D) fundamenta sua estratégia de convencimento na comparação objetiva entre garrafas de vidro e garrafas plásticas, oferecendo dados concretos e mensuráveis sobre sabor, temperatura e conservação.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 11 a 20

QUESTÃO 11

Nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal de 1988 qual descrição corresponde ao critério constitucionalmente estabelecido para o preenchimento dos cargos em comissão e das funções de confiança na Administração Pública?

- (A) Os cargos em comissão destinam-se a atividades meramente técnicas e devem ser ocupados por servidores efetivos conforme critérios definidos em lei.
- (B) As funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, destinadas a direção e assessoramento, e podem ser ocupadas por servidores públicos ou por profissionais externos.
- (C) Os cargos em comissão destinam-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (D) As funções de confiança destinam-se a atividades técnicas especializadas e devem ser ocupadas por servidores aprovados em concurso específico para esse fim.

QUESTÃO 12

No direito administrativo brasileiro, a formação válida do ato administrativo depende da reunião de elementos estruturais previstos pela doutrina e acolhidos pela jurisprudência. Nessa perspectiva, corresponde a elemento essencial do ato administrativo a característica que

- (A) vincula a manifestação administrativa ao objetivo público estabelecido como finalidade do ato.
- (B) transforma a vontade administrativa em norma geral dotada de abstração e impessoalidade.
- (C) desloca a competência administrativa para órgão diverso mediante delegação automática.
- (D) converte o ato administrativo em contrato quando há participação de particulares interessados.

QUESTÃO 13

Os artigos 70 a 74 da Constituição Federal de 1988 disciplinam o sistema de controle interno e externo da Administração Pública, definindo competências, finalidades e interações entre os órgãos que o compõem. Considerando esse conjunto normativo, o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública ocorre mediante estrutura que

- (A) concentra exclusivamente no Tribunal de Contas da União a função de orientar e fiscalizar todos os Poderes, sem participação de unidades internas de controle.
- (B) atribui ao Congresso Nacional o controle externo, com apoio técnico do Tribunal de Contas da União, mantendo unidades de controle interno em cada Poder.
- (C) delega aos sistemas de controle interno a competência para julgar contas de administradores, submetendo apenas relatórios informativos ao Congresso.
- (D) permite ao Tribunal de Contas da União a emissão de recomendações sem força coercitiva, sem competência para aplicação de sanções administrativas.

QUESTÃO 14

A elaboração do planejamento orçamentário governamental, estruturado nos instrumentos previstos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal de 1988, organiza-se em etapas interdependentes que condicionam a execução das políticas públicas. Nesse contexto, a compatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) resulta de processo em que

- (A) o PPA detalha os limites de empenho da LOA, substituindo a necessidade de definição anual de metas fiscais pela LDO.
- (B) a LDO orienta a LOA e deve observar as diretrizes do PPA, assegurando que programas e ações anuais estejam alinhados às metas plurianuais.
- (C) a LOA estabelece programas governamentais de duração continuada, autorizando despesas de caráter plurianual sem necessidade de previsão no PPA.
- (D) o PPA define metas anuais específicas, enquanto a LDO organiza exclusivamente a estrutura administrativa, sem impacto sobre a programação orçamentária.

QUESTÃO 15

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define os princípios que orientam as contratações públicas e determina que toda atuação administrativa no âmbito das licitações deve observar parâmetros normativos voltados à integridade, à eficiência e ao controle. De acordo com esse dispositivo, a condução do processo licitatório deve ocorrer de forma que

- (A) admita exceções não previstas em lei, desde que justificadas pela conveniência administrativa.
- (B) permita flexibilização informal das etapas quando houver interesse imediato do gestor.
- (C) assegure julgamento por critérios objetivos, evitando decisões baseadas em preferências pessoais.
- (D) autorize tratamento favorecido a licitantes que possuam vínculos locais com o órgão contratante.

QUESTÃO 16

O artigo 17 da Lei nº 8.429/1992, integrante do Capítulo V, estabelece regras específicas para o processamento das ações de improbidade administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Segundo esse dispositivo, o ajuizamento da ação deve observar procedimento que

- (A) admite prosseguimento apenas quando demonstrados indícios mínimos de dolo na conduta.
- (B) elimina a fase de manifestação prévia do investigado, permitindo imediata citação.
- (C) permite responsabilização do agente público por mera irregularidade formal de natureza culposa.
- (D) dispensa o Ministério Público de apresentar documentos que embasam a acusação inicial.

QUESTÃO 17

Os artigos 10 a 14 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) disciplinam o procedimento de acesso à informação, estabelecendo direitos, prazos e obrigações para o trâmite dos pedidos. Já os artigos 23 a 27 tratam das hipóteses de restrição, incluindo sigilo e classificação de informações. Considerando simultaneamente esses dispositivos, o tratamento de um pedido de acesso ocorre mediante procedimento que

- (A) admite negativa automática quando a informação solicitada não estiver previamente disponibilizada no sítio eletrônico do órgão.
- (B) exige motivação expressa para eventual negativa, inclusive quando fundada em classificação de sigilo prevista em lei.
- (C) permite recusa imotivada nos casos em que o pedido dependa de análise de outro órgão da administração.
- (D) autoriza a prorrogação indefinida do prazo de resposta enquanto houver consulta a autoridade classificadora.

QUESTÃO 18

O artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), do Capítulo IV, prevê condições específicas para o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e determina que a utilização dessas informações deve ocorrer de forma adequada às finalidades legais. Considerando esse dispositivo, o tratamento de dados pessoais por órgãos e entidades públicas deve observar requisito que

- (A) dispensa a indicação da finalidade quando os dados forem utilizados para políticas públicas.
- (B) permite o compartilhamento irrestrito de informações entre entes federativos.
- (C) exige a compatibilidade entre a finalidade declarada e o interesse público envolvido.
- (D) autoriza a coleta ampliada de dados sensíveis sem base legal prévia.

QUESTÃO 19

O artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, do Título III – Da Administração Municipal, estabelece que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional observará princípios específicos para orientar sua atuação. De acordo com esse dispositivo, a administração municipal deve atuar de acordo com o princípio que

- (A) admite sigilo administrativo como regra geral para proteção da atividade estatal.
- (B) exige publicidade dos atos, ressalvadas hipóteses legais de restrição.
- (C) autoriza preferência a agentes públicos por critérios pessoais de conveniência.
- (D) permite a adoção de normas internas sem observância de fundamento legal.

QUESTÃO 20

O artigo 62 da Lei nº 1.488/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Senador Canedo) disciplina a licença para tratamento da própria saúde e determina condições específicas para sua concessão. Considerando esse dispositivo, a concessão dessa licença ocorre mediante procedimento administrativo que

- (A) admite avaliação informal realizada pelo superior imediato, independentemente de perícia.
- (B) permite afastamento imediato sem comprovação, quando declarado pelo próprio servidor.
- (C) transfere ao contratado particular a decisão sobre a aptidão funcional do servidor.
- (D) exige inspeção médica oficial destinada a verificar a capacidade laboral do servidor.

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Questões de 21 a 30

QUESTÃO 21

Em processos educativos, a forma como o conhecimento é organizado orienta os modos de aprender e define o papel dos sujeitos nos espaços escolares. Nesse sentido, a ação pedagógica embasada por uma perspectiva crítica e que busca a formação humana em seu sentido abrangente será

- (A) a elaboração de atividades pontuais, voltadas ao alcance de metas operacionais previamente definidas.
- (B) a construção de sequência didática, estruturada de modo progressivo para favorecer a aprendizagem.
- (C) a aplicação de exercícios repetitivos, centrados na memorização de informações para possibilitar o conhecimento.
- (D) a realização de avaliações periódicas, destinadas ao cumprimento de rotinas institucionais.

QUESTÃO 22

No ambiente escolar, o uso de tecnologias da informação e comunicação pode reforçar formas de consumo padronizadas e acríticas ou criar possibilidades de reflexão e compreensão dos conteúdos midiáticos. Nesse cenário, caracteriza-se como prática educativa que busca possibilitar a formação crítica dos sujeitos na era digital

- (A) a seleção de recursos tecnológicos destinados à produção de conteúdos escolares.
- (B) a adoção de plataformas digitais destinadas ao controle do desempenho individual.
- (C) a produção de materiais didáticos digitais orientados por padrões de mercado.
- (D) a análise de diferentes produtos culturais veiculados nas mídias digitais.

QUESTÃO 23

A forma como a gestão é incorporada às práticas escolares define modos específicos de participação e pode contribuir para a manutenção das relações de poder ou para a construção coletiva de práticas democráticas. Nesse contexto, caracteriza uma gestão democrática a prática que

- (A) organiza a participação por meio de critérios discutidos coletivamente, orientando a distribuição das decisões.
- (B) alterna responsabilidades sem considerar a dinâmica do grupo, busca evitar concentrações de autoridade.
- (C) mantém regras previamente definidas como eixo exclusivo de funcionamento das interações cotidianas.
- (D) focaliza a condução das atividades na figura docente para assegurar previsibilidade nas rotinas diárias.

QUESTÃO 24

O Plano Nacional de Educação (PNE) consolida um marco de planejamento estratégico que orienta ações públicas de longo prazo para a garantia do direito à educação no Brasil. Em sua configuração normativa, o PNE está estruturado em

- (A) finalidades, competências, ações e indicadores.
- (B) diretrizes, objetivos, metas e estratégias.
- (C) princípios, parâmetros, eixos e dispositivos.
- (D) fundamentos, procedimentos, critérios e etapas.

QUESTÃO 25

As políticas educacionais implicam as elaborações curriculares que, por sua vez, indicam uma determinada forma e conteúdo de ensino. Nesse processo, a concepção que sintetiza a relação entre políticas educacionais, currículo e cultura é a que

- (A) compreende o currículo como produção social resultante de disputas que orientam a seleção dos conhecimentos.
- (B) compreende o currículo como um conjunto fixo de temas estruturados por critérios exclusivamente técnicos.
- (C) interpreta o currículo como ordenamento estável que reproduz práticas pedagógicas sem influências políticas.
- (D) interpreta o currículo como uma sequência neutra de conteúdos desvinculada das relações culturais.

QUESTÃO 26

A escola pública brasileira está vinculada à relação entre Estado e sociedade. Dessa relação decorrem as políticas educacionais que definirão as condições da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Nesse contexto, as políticas educacionais que contribuem para o desenvolvimento profissional docente, tanto na formação inicial quanto na continuada, são aquelas que

- (A) implementam diretrizes voltadas à padronização da formação.
- (B) definem ações, decisões e programas de aligeiramento da formação.
- (C) lidam com a formação como processo de responsabilidade individual.
- (D) proporcionam condições concretas e efetivas de formação.

QUESTÃO 27

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) integra o sistema nacional de monitoramento da qualidade educacional e orienta a elaboração de políticas públicas a partir de seus resultados. O IDEB é aferido periodicamente em intervalo

- (A) anual, com atualização contínua dos resultados.
- (B) bienal, com divulgação regular a cada dois anos.
- (C) trienal, com consolidação dos dados em ciclos de três anos.
- (D) quadrienal, com apuração vinculada aos planos de gestão.

QUESTÃO 28

A BNCC orienta o planejamento de aulas ao definir as aprendizagens essenciais, que incluem competências e habilidades, que todos os estudantes devem desenvolver ao longo de suas trajetórias na educação básica. Em uma proposta de aula alinhada à BNCC, as atividades devem articular

- (A) conteúdos essenciais, situações práticas, interação orientada e reflexão do estudante.
- (B) explicação prolongada, atividades isoladas, controle docente e avaliação contínua.
- (C) memorização contínua, exercícios padronizados, repetição mecânica e sequência fixa.
- (D) exercícios funcionais, rotina rígida, atividades fragmentadas e avaliação classificatória.

QUESTÃO 29

O Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, constitui-se como um fundo de natureza contábil mantido pelos entes federados. De acordo com essa legislação, os recursos do Fundeb são aplicados prioritariamente

- (A) na construção de universidades e expansão do ensino superior.
- (B) na criação de programas federais de incentivo ao esporte escolar.
- (C) na remuneração dos profissionais da educação básica pública.
- (D) na manutenção de escolas privadas conveniadas de educação infantil.

QUESTÃO 30

Ações de inclusão e diversidade exigem condições institucionais que possibilitem acessibilidade, atendimento às necessidades específicas e participação equitativa dos estudantes. A garantia estrutural que viabiliza a implementação dessas ações corresponde

- (A) à definição pedagógica que orienta práticas inclusivas, ainda que não haja previsão de recursos ou suporte institucional.
- (B) à elaboração individual de materiais didáticos pelos professores com o suporte técnico do poder público.
- (C) à distribuição interna de responsabilidades docentes como alternativa ao investimento financeiro.
- (D) à previsão orçamentária destinada à manutenção, desenvolvimento e oferta de serviços e recursos de acessibilidade.

QUESTÃO 31

Segundo o art. 5º, da Lei nº 8.662/1993, o que delimita o caráter da atividade privativa da(o) assistente social é a sua qualificação como

- (A) ética, competência e formação profissional.
- (B) área, matéria e unidade de Serviço Social.
- (C) técnica, metodologia e direção profissional.
- (D) prática, qualificação e teoria de Serviço Social.

QUESTÃO 32

Em Senador Canedo (GO), a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania é designada para o comando único das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa forma, quais são as áreas essenciais contempladas na estrutura da política de Assistência Social desse município segundo a Lei nº 2.864/2024?

- (A) Pacto de Gestão. Pacto pela Vida. Pacto em Defesa do SUAS. Proteção Social de Serviços Socioassistenciais. Pacto de defesa do trabalho.
- (B) Rede de Benefícios Sociais. Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Proteção à Gestante e Puérpera.
- (C) Proteção Social Básica. Proteção Social Especial. Gestão do SUAS. Gestão Financeira e Orçamentária. Gestão de Benefícios Assistenciais.
- (D) Equipamento Socioassistencial. Serviço de Reabilitação e Proteção Comunitária. Centro de Convivência ao Idoso. Matricialidade Sociofamiliar.

QUESTÃO 33

De acordo com o Documento de Subsídios para a Implementação da Lei nº 13.935/2019, elaborado pela Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica do MEC – que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica –, o trabalho da(o) assistente social na educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da(s)

- (A) políticas educacionais, dos processos de gestão educacional e dos processos de proteção das trajetórias escolares.
- (B) qualidade da educação, do processo de ensino-aprendizagem e do enfrentamento da pobreza e desigualdade social.
- (C) organicidade da política de educação, do processo de construção da identidade profissional e do seu significado social.
- (D) formas de exploração, dos processos de desenvolvimento humano e dos processos de reprodução das relações sociais.

QUESTÃO 34

A análise e a avaliação das políticas sociais nas contraditórias relações entre Estado e sociedade requerem compreender o quadro institucional que dá forma às políticas e/ou aos programas sociais, estabelecendo alguns aspectos que constituem elementos empíricos de análise, como

- (A) os serviços técnicos e éticos assumidos socialmente. Dimensão política. Determinantes estruturais.
- (B) as ações políticas e sociais demarcadas na conjuntura. Arcabouço democrático. Legalidade social.
- (C) a relação constituída entre público e privado. Mediação. Análise e natureza das ações quantitativas.
- (D) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados. Financiamento. Gestão e Controle social democrático.

QUESTÃO 35

A regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), assegurando a alimentação como um direito humano fundamental garantido pelo Estado e reconhecendo-a como

- (A) política setorial garantida à população em situação de vulnerabilidade social por meio de serviços e de benefícios, pressupondo que a fome é multifacetada e atravessada pelas expressões da questão social no bojo das relações capitalistas.
- (B) política de direitos desenvolvida diante do aumento das desigualdades sociais na lógica do mundo da financeirização do capital, considerando o processo de produção e reprodução das relações sociais frente à ofensiva ultraneoliberal.
- (C) política pública desenvolvida a partir de um conjunto de ações amplas no âmbito da segurança alimentar, defendendo que a concessão da cesta básica não deve compor os benefícios eventuais e, portanto, não é dever da assistência social.
- (D) política de cidadania, garantida à classe trabalhadora através do acesso aos direitos sociais, considerando as relações de gênero, de raça, de etnia, de classe que são constituintes e constitutivas da trajetória sócio-histórica brasileira.

QUESTÃO 36

O Projeto Ético-Político do Serviço Social ganha materialidade em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas, tendo como foco

- (A) a requisição de inserir a categoria de assistentes sociais em prol de valores e perspectivas que primem pelo consenso.
- (B) a projeção profissional coletiva, assegurando valores e concepções que vislumbram a ruptura com a ordem vigente.
- (C) a proposição de combate a todas as formas de exploração diante das contradições apresentadas pelas(os) profissionais.
- (D) a responsabilidade profissional com o fim da questão social diante da desigualdade impetrada à classe subalterna.

QUESTÃO 37

As políticas sociais têm sua natureza contraditória na regulação das relações sociais. Sua execução e sua avaliação exigem considerar diversas dimensões no movimento da realidade com vistas à totalidade, ultrapassando

- (A) a utilização de métodos e de técnicas pautadas na razão formal, para uma execução e uma avaliação que compreenda a correlação de forças entre Estado e classes sociais na construção dos direitos e da democracia.
- (B) a configuração do significado e da função pautada na razão dialética, para uma execução e uma avaliação que mantenha os elementos constitutivos das ações implementadas em cada programa, projeto e benefício socioassistencial.
- (C) a compreensão do motivo e da natureza pautada nos fundamentos políticos, para uma execução e uma avaliação que garanta a mediação do governo entre a burguesia e a classe trabalhadora com vistas ao consenso.
- (D) a aplicação de estratégias e de análise pautada nos fundamentos operativos, para uma execução e uma avaliação que reconheça o orçamento público como capacidade do Estado de efetivar os recursos definidos constitucionalmente.

QUESTÃO 38

O Código de Ética Profissional da(o) assistente social de 1993 estabelece como primeiro princípio fundamental o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, relacionando-o

- (A) aos direitos sociais, à participação política e à socialização da riqueza produzida.
- (B) à cidadania, à luta de classe e à eliminação de todas as formas de preconceito.
- (C) à autonomia, à emancipação e à plena expansão dos indivíduos sociais.
- (D) aos compromissos contemporâneos, à democracia e à defesa da justiça social.

QUESTÃO 39

A Constituição Federal de 1988 regulamentou uma nova concepção para a Assistência Social no Brasil, assegurando-a como direito da(o) cidadã(ão) às condições dignas de vida. Quais são as diretrizes na organização da Política Nacional de Assistência Social brasileira?

- (A) Organização das ações socioassistenciais; informalidade dos equipamentos; ampliação dos serviços no âmbito da proteção básica; e prevenção de situações de risco visando o desenvolvimento de potencialidades.
- (B) Descentralização político-administrativa; matricialidade familiar; universalização dos direitos sociais; equidade; controle social, político e econômico; e prestação de serviços eventuais, seguros e benefícios sociais.
- (C) Organização das ações socioassistenciais; gestão de programas para recursos humanos; ações de convivência à grupos específicos; e prestação de serviços à comunidade com vulnerabilidade socioeconômica.
- (D) Descentralização político-administrativa; participação da população; primazia da responsabilidade do Estado; e centralidade na família para a concepção e a implementação dos serviços, programas e projetos.

QUESTÃO 40

A relação entre o Projeto Ético-Político e o trabalho da(o) assistente social deve levar em consideração o contexto social e as condições subjetivas das(os) profissionais, requerendo desta(e) profissional

- (A) o conhecimento da teoria social crítica para a leitura da realidade, a escolha de meios e de mediações para serem mobilizados e o direcionamento da intervenção em consonância com os valores do projeto profissional.
- (B) a leitura necessária para compreender as disputas entre as classes sociais, a garantia dos projetos assumidos pela profissão em sua trajetória sócio-histórica e o consenso social firmado nos diferentes espaços.
- (C) o entendimento das condições subjetivas na identidade das(os) profissionais, a defesa intransigente dos direitos sociais e a compreensão da atuação das equipes que se inserem nos serviços e benefício sociais.
- (D) a compreensão das políticas públicas em que se inserem, a apropriação da dimensão teórico-metodológica e a concepção de estatuto científico diante da estrutura sincrética vinculada à unidade teoria e prática.

QUESTÃO 41

No que tange à garantia de educação básica no Sistema Municipal de Ensino, as metas dos Planos Municipais de Educação convergem com as descritas no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 13.005/2014, os maiores desafios para a efetivação da política de educação municipal é a meta de

- (A) oferecer, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma de educação a distância.
- (B) universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência desse PNE.
- (C) estimular a formação, em nível superior, para que no mínimo 70% (setenta por cento) dos professores (as) da educação básica, até o último ano de vigência desse PNE, tenha adquirido o título de bacharel.
- (D) valorizar a eficiência na gestão da escola pública, de modo a dissociá-la da questão da gestão democrática, para no prazo de 2 (dois) anos, efetivar critérios neutros de mérito e desempenho no âmbito desta Instituição.

QUESTÃO 42

A Lei Orgânica do Município de Senador Canedo/GO, Lei nº 1, de 20 de abril de 1990, estabelece em seu art. 95 que as ações de proteção à infância e à juventude serão organizadas com base na seguinte diretriz

- (A) valorização da disciplina no atendimento.
- (B) atendimento subsidiário.
- (C) atendimento através de ações segmentadas.
- (D) descentralização do atendimento.

QUESTÃO 43

De acordo com as diretrizes das políticas públicas educacionais vigentes e em consonância com as disposições da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo/GO, as propostas de intervenção na área social desenvolvidas pelas escolas municipais devem priorizar

- (A) as ações previstas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar, de forma independente das demais políticas setoriais, desde que atendam as demandas de aprendizagem da comunidade escolar.
- (B) as contribuições eventuais e espontâneas, voltadas ao atendimento emergencial dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, buscando, assim, evitar situações de dependência institucional.
- (C) as contribuições no planejamento estratégico municipal, por meio da articulação de planos, programas e projetos entre Educação, Assistência Social, Saúde e demais órgãos, visando à proteção integral da criança e do adolescente.
- (D) as ações vinculadas a programas federais obrigatórios, as quais devem ser desenvolvidas em parceria com ONGs, delegando a essas organizações a elaboração e execução de planos e projetos sociais nas escolas.

QUESTÃO 44

A Declaração Universal dos Direitos Humanos se tornou um marco na história ao estabelecer valores humanísticos universais. No Brasil, a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos voltadas para o sistema de ensino e para as suas instituições, fundamenta-se em princípios que visam garantir

- (A) a educação religiosa nas escolas públicas.
- (B) a competição e mérito individual.
- (C) a neutralidade nos conteúdos curriculares.
- (D) a laicidade do Estado.

QUESTÃO 45

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) estabelece que a garantia dos direitos da criança e do adolescente é prioridade absoluta, e isso requer

- (A) precedência na formulação e execução de políticas sociais públicas, destinação privilegiada de recursos orçamentários e proteção em quaisquer circunstâncias.
- (B) preferência na formulação de políticas para a educação superior, matricialidade familiar nas demais políticas sociais e inclusão de ações voltadas às crianças e adolescentes.
- (C) reconhecimento da família como responsável prioritário pela disciplina e pela moral, tendo como suporte a intervenção do Estado em situações de risco de vida.
- (D) destinação subsidiária de recursos financeiros pelos gestores públicos e intervenção prioritária nas áreas relacionadas com o mercado de trabalho.

QUESTÃO 46

As estratégias ou ações profissionais da(o) assistente social no âmbito da educação, no sentido de garantir os direitos da população usuária ao acesso, permanência, qualidade e controle social compreendem

- (A) priorizar intervenções alinhadas com a equipe gestora, nas quais os técnicos definem os conteúdos repassando às famílias as decisões finais sobre os estudantes em questão.
- (B) adotar metodologias de adaptação para eliminar manifestações de rebeldia e contestação de indivíduos ou grupos de estudantes, disciplinando e padronizando o comportamento.
- (C) adotar dimensão pedagógica, que visa à disseminação do conhecimento acerca dos direitos humanos, à articulação e mobilização de usuários/as e das redes de serviços.
- (D) priorizar ações com atendimento individual de alunos em situação de vulnerabilidade, evitando atividades coletivas para não interferir no processo pedagógico.

QUESTÃO 47

No Brasil, a partir de 2003, a Educação em Direitos Humanos ganha um Plano Nacional (PNEDH), revisto em 2006, ressaltando os valores de tolerância, de respeito, de solidariedade, de fraternidade, de justiça social, de inclusão, de pluralidade e de sustentabilidade, articulando as dimensões de

- (A) desenvolvimento de conhecimentos que são naturais e inerentes à existência humana sobre a democratização dos direitos humanos e sua relação com a concepção de patriotismo e nacionalismo.
- (B) desenvolvimento de processos metodológicos que ressaltem o reconhecimento sobre a centralidade da personalidade individual, contrapondo-se à massificação dos materiais didáticos.
- (C) fortalecimento da formação de jovens obedientes e submissos aos valores tradicionais, evitando, assim, a possibilidade de se formar no bojo da sociedade indivíduos e grupos subversivos.
- (D) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

QUESTÃO 48

Cabe ao profissional do Serviço Social nas instituições de ensino priorizar ações voltadas para a garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação, fazendo-se necessário

- (A) o desenvolvimento de práticas assistencialistas centradas na concessão de benefícios, de forma independente de qualquer envolvimento com movimentos sociais ou demais políticas sociais.
- (B) a competência teórica e política que se traduza em estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis (individual e coletivo) capaz de desvelar as contradições que determinam a Política de Educação.
- (C) a participação no processo de formulação de currículos escolares e das diretrizes pedagógicas nacionais, buscando afastar-se de conflitos disciplinares e comportamentais entre estudantes.
- (D) a criação de atividades capazes de promover o fortalecimento das ações de uma gestão escolar técnica (neutra) que estimule o reconhecimento dos gestores da escola como autoridade instituída pelo Estado.

QUESTÃO 49

No que se refere à proteção e defesa da pessoa idosa, conforme a Lei Orgânica do Município de Senador Canedo/GO (Lei nº 1/1990), o município deverá assegurar

- (A) por meio de políticas sociais, a participação da pessoa idosa na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida.
- (B) que as ações de assistência social para as pessoas idosas sejam realizadas em contextos privativos, ou seja, livres de interferência comunitária.
- (C) que o Estado de Goiás e a União assumam integralmente as ações de proteção a pessoa idosa, evitando, dessa forma, sobrecarregar os cofres do Município.
- (D) por meio da implementação de atividades laborativas, o retorno da pessoa idosa ao mercado de trabalho, visando atenuar o ônus da família.

QUESTÃO 50

De acordo com o art. 4º da Resolução do CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos deve ser compreendida como

- (A) prática extracurricular voltada para temas de convivência escolar independente do projeto pedagógico da instituição.
- (B) processo assistemático e dimensional, voltado para a formação escolar dos indivíduos socialmente integrados.
- (C) processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos.
- (D) prática pontual, de caráter eventual, voltada à resolução de situações de violação de direitos no interior da escola.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

A escola é um espaço onde preconceitos podem se manifestar, mas também onde podem ser enfrentados. Considerando o trabalho do assistente social na Política de Educação em consonância com o projeto ético-político profissional, explique como esse profissional pode identificar, prevenir e combater situações de preconceito no espaço escolar, destacando estratégias de intervenção, fundamentos éticos e ações intersetoriais de fortalecimento da proteção às crianças e adolescentes, enfrentamento às múltiplas formas de opressões e de uma educação pública emancipatória que, enquanto um direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30